



Vigilantes recebem homenagem da Câmara Municipal pelo seu dia



Câmara Municipal de Natal/RN - Solenidade em homenagem ao Dia do Vigilante

Proposta pelo vereador Sandro Pimentel (PSOL), foi realizada na noite desta quinta-feira (14) na Câmara Municipal de Natal uma solenidade em homenagem ao Dia do Vigilante, comemorado nacionalmente no dia 20 de junho. Na cerimônia, o trabalho da categoria foi reconhecido com a entrega de diploma meritório a alguns destes profissionais que se destacaram no seu ofício.

É o segundo ano que a cerimônia alusiva acontece na Câmara, proposta pelo vereador Sandro Pimentel, que também é vigilante. “A gente fica muito à vontade e feliz em propor homenagens como essa. São profissionais que se doam e que põem suas vidas em risco. Participamos das lutas dessa categoria, aprovamos algumas legislações ligadas a eles e é mais que oportuno que esta Casa reconheça

o trabalho deles”, declarou Pimentel, também autor da lei que instituiu o dia 20 de junho como Dia Municipal do Vigilantes, alinhando assim com a data nacional.

Da solenidade participaram entidades que representam a categoria, como o sindicato (SindSegur) e a Confederação Nacional dos Vigilantes. Iran Marcolino, um dos mais antigos vigilantes do estado e representante da Confederação fez um breve histórico da legalização da profissão que existe há 35 anos no Brasil. “O que vemos desde então é o crescimento da nossa atividade, num trabalho exaustivo, mas que precisa estar fazendo reciclagem a cada dois anos, tendo sempre comprovada a nossa honestidade enquanto cidadão para podermos atuar nessa profissão. Somos vigilantes com orgulho. Não somos policiais, mas prestamos um serviço de segurança importante à sociedade”, disse.

O presidente do SindSegur, Pablo Henrique Lima, agradeceu em nome da categoria e convocou os vigilantes a se unirem para se fortalecerem. O Dia do Vigilante é comemorado

anualmente em 20 de junho. Esta data é uma homenagem a todos os profissionais que se dedicam a proteger e vigiar propriedades públicas e privadas, com o intuito de evitar vandalizações e garantir a segurança do ambiente.

Na sessão, além de Pablo, receberam o diploma do Mérito Legislativo pelos serviços prestados à cidade do Natal, em especial à segurança privada: Márcio da Silva Lucena, Amadeus Oliveira Dantas, Allan Cardeck Soares, Rodrigo Fernandes de Moura, Valtecy Ferreira da Silva, Ricardo Silvestre dos Santos, Josenildo nascimento da Silva, Luiz Carlos Filho, Alex Janes Bento, Reginaldo da Cruz Silva, José Eudes Diniz, Kleiber do nascimento Lucas, Agrício Enedino Gomes, Alderi Araújo Toscano, Gerson Gomes de Lima, Medson Messias Costa, Rosemary Valquíria Alcântara, Alexandre Bispo.

Por: Cláudio Oliveira

Fotos: Verônica Macedo



TRT/DF marca audiência entre vigilantes e patrões no dissídio coletivo



O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região marcou para a próxima terça-feira (19), às 10h, a audiência de conciliação entre os sindicatos dos vigilantes e dos patrões para a convenção coletiva de 2018. O despacho é da presidente da corte, desembargadora Maria Regina Machado Guimarães, e foi assinado nesta quinta-feira (14).

Isso significa dizer que a magistrada decidiu instaurar o processo de julgamento do dissídio coletivo e audiência desta terça-feira também servirá para a instrução do processo.

O deputado Chico Vigilante (PT) pede a plena união aos vigilantes do DF agora que o dissídio coletivo foi aceito pelo TRT. Ele também requer que a categoria acompanhe de perto da audiência de conciliação no plenário do Tribunal Regional do Trabalho, nesta terça-feira.

“Este momento é decisivo. A participação de todos os vigilantes é fundamental para sairmos vitoriosos em mais essa batalha”, reforçou Chico Vigilante.

Em seu despacho, a desembargadora afirma que o Sindesv/DF apresentou cópias das quinze reuniões no Ministério Público do Trabalho e

duas audiências coordenadas pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho. Todas sem acordo entre a categoria e os patrões.

Negociações – Desde outubro do ano passado, o Sindesv tenta, sem sucesso, aprovar a norma coletiva de 2018. No próximo dia primeiro, completam-se seis meses de indefinição.

Os trabalhadores reivindicam a manutenção da sentença normativa de 2017, um reajuste de 3,1% na remuneração, reajuste de 6,8% no auxílio alimentação, manutenção do plano de saúde e abono dos dias parados da greve de fevereiro.

Para o deputado Chico Vigilante, os empresários nunca apresentaram uma proposta digna para os vigilantes, porque desejam implementar a reforma trabalhista dentro da convenção coletiva.

“Essa é uma situação inaceitável porque será desemprego na certa”, avaliou.

Greve – Entre os meses de fevereiro e março, os vigilantes permaneceram em greve por 12 dias. Mesmo com a paralisação, os empresários não se dispuseram a negociar. No dia 12 de março, a categoria suspendeu a greve a partir da promessa de retomada das negociações sob a mediação da própria presidente do TRT, Maria Regina Machado Guimarães.

De acordo com o deputado, como a greve dos vigilantes, realizada em março, não foi considerada ilegal ou abusiva, as empresas devem pagar pelos dias parados.

Chico Vigilante, deputado distrital (PT) e Diretor da CNTV

Após reforma trabalhista, patrões atacam negociação por empresa e homologações

Número de negociações por companhia caiu pela metade e Convenções Coletivas registradas na base do Ministério do Trabalho reduziu em torno de 29%



Entre os muitos objetivos do PLC 38/2017 que instituiu a reforma trabalhista, todos eles favoráveis exclusivamente aos patrões, o sangramento das organizações sindicais talvez seja o mais festejado por quem não gosta de negociação e direitos para a classe trabalhadora.

Sob o argumento de que o imposto sindical sustentou por décadas dirigentes sindicais pouco interessados na luta em defesa de seus representados, o pacote de medidas do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB) não só retirou a sustentação das organizações trabalhistas, como também embutiu uma série de retrocessos que fragilizam o trabalhador na relação com o empregador.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o número de registros de Convenções Coletivas na base do Ministério do Trabalho até junho deste ano caiu em torno de 29%, quando

comparado com o primeiro semestre de 2017. O acordo coletivo é aquele restrito à empresa, enquanto a Convenção Coletiva abrange toda a categoria.

Para o técnico do Dieese Luís Ribeiro, esse cenário se explica porque é mais fácil minar a luta dos trabalhadores nas células empresarias do que enfrentar toda a categoria.

“Essa parece ser uma tendência pós-reforma trabalhista. Assim como a batalha dos empregadores para retirar a homologação dos sindicatos e minar qualquer tentativa de financiamento sindical, já que alguns advogados entendem que a cobrança da contribuição negocial pode ser repassada a todos os trabalhadores, desde que aprovada em assembleia, enquanto outros entendem que deve ser formalizada um a um”, diz Ribeiro.

“Também percebemos que cláusulas de jornada de trabalho, desde intervalo até

flexibilidade, começam a aparecer.”

Independente de qual seja a estratégia, a ideia é desmoralizar quem faz a luta. Na Bahia, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado (Sindpec) passa por um momento tenso com a base após uma trama da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex) para cobrar o imposto sindical.

A empresa, que tem trabalhado para informar sobre a desautorização do imposto, resolveu cobrar 3% sobre o salário dos trabalhadores e trabalhadoras antes de encerrada a discussão com o Sindicato, o que estimulou os trabalhadores a solicitarem a devolução do valor, explica a diretora executiva do Sindpec, Joilda Cardoso.

“Devolvemos tudo para a empresa, quando chegamos a esse índice, em negociações anteriores, era descontado em três vezes e de acordo com o índice que alcançávamos. Neste ano, foi de 1,69% de aumento real. Isso é uma das táticas sujas que utilizaram, mas não vão nos impedir de fazer o trabalho de base”, garante a dirigente.

Outro ponto que tem causado conflito entre trabalhadores e patrões está na questão da homologação, na conferência dos valores em caso de rescisão que, antes da reforma, deveria ser feita obrigatoriamente com a presença do sindicato para dar mais segurança ao trabalhador.

De olho na homologação

Segundo o diretor de Comunicação e Imprensa da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço do Ceará (Fetrace), Francisco Neto, a campanha salarial unificada da categoria, que tem data-base em maio, foi atrasada pelos empresários para aguardar a reforma e agora enfrenta pressão pelo fim da homologação.

“Além das negociações salariais não avançarem para além da inflação, estão tentando impedir a homologação, porque é nessas horas, sem a pressão do empregador, que conferimos se as verbas estão sendo pagas direito e como estão as condições na empresa. É um contato fundamental com a base”, diz.

No Distrito Federal, a Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Fetracom), com data-base também em maio, se depara com a realidade do trabalho intermitente.

Segundo o secretário jurídico da Federação, Jackson Ázara, a entidade conseguiu resistir e manter a homologação no sindicato, assim como a contribuição negocial inserida na negociação coletiva.

No setor de serviços, foi possível arrancar 1,7% de aumento real, mas no de eventos, onde a flexibilidade é maior, a disputa seque quente.

“Estão batendo muito forte na questão do trabalho intermitente e, apesar da grande batalha, conseguimos ao menos inserir regras para limites de contratação, estabelecendo que não atinja os que já estão trabalhando e que, se houver vaga para efetivo, que aqueles no modelo intermitente tenham prioridade”, explica.

Ir para cima

Para o presidente da Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), Alci Matos, o golpe e a reforma trabalhista permitirão que os trabalhadores enxerguem os sindicatos como aliados ainda maiores do que eram.

“Para sobreviver, o sindicato terá de estar presente na base, informando e orientando o trabalhador, para ter condições dignas, terá de entender que o sindicato é um instrumento fundamental para impedir a retirada de direitos. Por isso mesmo é alvo dos patrões que financiaram o golpe, inclusive nas lutas para além do ambiente de trabalho, como moradia digna, educação pública de qualidade, saúde e segurança”, explica.

A diretora do Sindpec, Joilda Cardoso, acredita que a hora agora é de retomar a utopia e pensar grande. “Estão tendo atitudes para que sindicatos se acovardem e se afastem e, mais do que nunca, temos que ir para cima. Está faltando a gente acreditar na gente para se manter na luta e aproveitar esse momento crítico para promover uma nova era de lutas e conquistas”, defende.

Fonte: RBA

60% dos bancários prometem greve por aumento real de salário

Categoria avisa também que não votará em parlamentares que aprovaram reforma trabalhista



Os bancários estão dispostos a paralisar as atividades para que as reivindicações da Campanha Nacional Unificada 2018 sejam atendidas pelas instituições financeiras. Isso é o que mostram os resultados da consulta feita pelo Comando Nacional dos Bancários à categoria.

Sindicatos de todo o país colheram as respostas dos bancários de agências e departamentos por meio de formulário físico e pela internet. Os dados apontam que 60% dos trabalhadores vão aderir à greve caso as reivindicações da categoria não sejam atendidas e as assembleias deliberem pela paralisação.

“É uma prova de que a categoria entendeu que seus direitos estão em risco e, se não se mobilizar, todas as conquistas obtidas em décadas de lutas podem deixar de existir”, afirmou Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-

CUT).

O Comando Nacional dos Bancários entregará a federação dos bancos (Fenaban) nesta quarta-feira (13), um pré-acordo para garantir a manutenção de todos os direitos da CCT e dos acordos específicos até a definição das negociações deste ano.

Prioridades

A pesquisa também apontou que, para 25% da categoria, a prioridade da campanha deve ser a conquista do aumento real. Outros 23% querem que a prioridade seja a manutenção de direitos e 18% o combate ao assédio moral. A garantia do emprego (15%) e impedir a terceirização (14%) vieram na sequência.

A 20ª Conferência Nacional dos Bancários aprovou a reivindicação de um reajuste para repor a inflação (INPC/IBGE) mais 5% de aumento real.

Quem votou não volta

A pesquisa também mostra que, para 73% dos bancários, a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) foi péssima para o trabalhador e que 79% não votará nos deputados e senadores que votaram favorável à nova lei.

O Comando Nacional dos Bancários planeja uma campanha para mostrar aos bancários e à toda a sociedade quais foram os parlamentares que votaram à favor da reforma.

Conferência dos Bancários define estratégia de luta

Aumento real para os salários e demais verbas, defesa da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com todos os direitos para todos os trabalhadores da categoria; manutenção da mesa única de negociações entre bancos públicos e privados; dos empregos, com a proibição das demissões em massa. E garantir que nenhum bancário receba PLR menor em 2018.

Essas são algumas das principais reivindicações definidas, no domingo 10, pelos 627 delegados e delegadas eleitos em todo o Brasil, durante a 20ª Conferência Nacional da categoria.

Reação contra o golpe

Esta será a primeira campanha da categoria após o golpe, já que em 2016 os trabalhadores garantiram um acordo de dois anos contra a retirada de direitos autorizada pela reforma trabalhista do governo golpista de Michel Temer. Esse acordo é válido até 31 de agosto de 2018.

Para se defender dessa lei em vigor desde 11 de novembro de 2017, os bancários querem incluir cláusula determinando que contratos de trabalho intermitente, parcial, autônomo, terceirizado, só podem ocorrer se for acordado com o Comando Nacional dos Bancários. O mesmo em relação à contratação de banco de horas ou compensação que deverá ser feita via negociação coletiva.

Também que as homologações realizadas nos sindicatos como forma de defender que os bancários recebam tudo que lhes é devido em caso de demissão.

A pauta também garante que o acordo valha para o trabalhador hipersuficiente. De acordo com nova lei pós-golpe, empregados com nível superior e remuneração acima de duas vezes o teto de benefícios do INSS (que hoje corresponderia a R\$ 11.291) negociariam direto com o patrão, correndo o risco de perder direitos como a PLR.

Bancos e a desigualdade

A categoria conta com 485.719 trabalhadores (de acordo com dados da Rais de dezembro de 2016), mas dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Caged do Ministério do Trabalho, indicam que mais de 40 mil postos de trabalho foram extintos pelos bancos após o golpe.

Isso em instituições que viram o lucro líquido crescer R\$ 20,6 bilhões no primeiro trimestre de 2018, crescimento de 20,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Em 2017, esses cinco maiores (BB, Caixa, Itaú, Bradesco e Santander) lucraram R\$ 77,4 bilhões, alta de 33,5% em 12 meses.

“Isso mostra a centralidade da Campanha Nacional dos Bancários para o país. Os bancos continuam lucrando como sempre, numa das piores crises já vividas pelo Brasil. Um setor que ganha tanto não pode colaborar com o empobrecimento da população brasileira, desempregando tantos trabalhadores, cobrando juros tão altos que inviabilizam o investimento no desenvolvimento nacional”, afirma a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, uma das coordenadoras do Comando.

A dirigente lembra que entre 2016 e 2017, mais de 444 mil pessoas voltaram à condição de pobreza, com renda familiar per capita menor que US\$ 5,5/dia, entre 2016 e 2017. Mais de 1,5 milhões de pessoas estão na condição de pobreza extrema, com renda familiar per capita inferior a US\$ 1,9/dia. “Essa desigualdade é inadmissível!”

Trabalhadores e a sociedade

Diante do quadro pós-golpe, os trabalhadores definiram como pontos centrais da Campanha Nacional Unificada 2018 a defesa dos bancos públicos como BB, Caixa, BNDES, BNB, Basa e das demais estatais (como Petrobras e Eletrobras).

Foram aprovadas resoluções em defesa dessas instituições, a luta em defesa da democracia e das eleições 2018, pela liberdade de Lula que é preso político e seu direito de ser candidato, como pontos estratégicos para os trabalhadores.

“Será nas urnas, por meio da democracia, que o povo trabalhador poderá alterar os rumos que estão levando o Brasil à ruína desde o golpe. Por isso, orientamos o voto em candidatos a presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais que se comprometam com a defesa dos bancos públicos, a revogação da reforma trabalhista, da PEC da Morte que congelou investimentos em saúde e educação por 20 anos,

da terceirização ilimitada, da reforma da Previdência que acaba com o direito à aposentadoria”, ressalta Juvandia. “O movimento sindical bancário sempre esteve à frente da luta em defesa da democracia e de uma sociedade mais justa e igualitária. Este ano não será diferente. Estaremos junto com outros trabalhadores e com movimentos sociais em defesa desse país soberano que está sendo vendido e desmontado. Vamos para as ruas e para os locais de trabalho debater a importância do voto para devolver o Brasil aos brasileiros e ao desenvolvimento com crescimento e justiça social.”

Os bancários aprovaram durante a Conferência, a participação no Dia Nacional de Luta, convocado pelas centrais sindicais para 10 de agosto. Será o Dia do Basta ao desemprego, ao desmonte do Brasil.

Representantes de órgãos de defesa do consumidor, dos trabalhadores eletricitários, petroleiros participaram da 20ª Conferência Nacional. “Vamos fazer parcerias, luta conjunta contra a retirada de direitos, contra as demissões. Os trabalhadores não podem ficar no isolamento.”

Contribuição negocial

Estará na pauta que os bancários entregarão aos bancos a cobrança da contribuição negocial como cláusula da CCT para todos, como mecanismo de participação dos trabalhadores na sustentabilidade dos sindicatos, federações, confederação e central sindical.

“A luta e toda a estrutura das entidades sindicais precisam de recursos para serem mantidas. Desde os departamentos de comunicação, saúde, jurídico, até a organização e mobilização da base durante as campanhas, nada disso se faz sem recursos financeiros. Diante do fim de todas as outras formas de financiamento, com a lei trabalhista do pós-golpe, os delegados aprovaram a inclusão na pauta de reivindicações da categoria de cláusula prevendo a contribuição negocial. Uma única contribuição por um ano de lutas e conquistas”, ressalta Juvandia.

Fonte: CONTRAF

Sindicalistas e especialistas defendem aprovação do Estatuto do Trabalho

As propostas do documento, de relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS), são alternativas ao desmonte promovido pela reforma trabalhista do governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (MDB-SP)



Sindicalistas, especialistas do direito, pesquisadores e o senador Paulo Paim (PT-RS), relator do Estatuto do Trabalho, defenderam, nesta segunda-feira (11), em audiência na

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, a aprovação de um novo conjunto de leis que organize o mundo do trabalho.

Denominado Estatuto do Trabalho, a primeira versão do documento foi apresentada como alternativa ao desmonte promovido pela reforma trabalhista do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP). É unanimidade entre os especialistas que a nova legislação (Lei 13.467/2017), em vigor desde novembro do ano passado, resultou no aumento do desemprego e do trabalho precário, com redução da massa salarial e a volta da miséria em todo o País.

Segundo Paim, a nova lei, que descaracterizou completamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deveria se chamar “consolidação das leis do empregador” - ou “CLE”, já que deixou de atender aos interesses dos trabalhadores. “Daí a necessidade da elaboração de um novo conjunto de regras.”

Para ele, o governo elegeu o movimento sindical como “inimigo número um”, o que é “totalmente equivocado”, afirmou. “Em qualquer país capitalista do mundo, o movimento sindical é quem faz a negociação, a conciliação, que busca o entendimento”, frisou o senador.

Segundo o secretário nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, além de desregular o mercado de trabalho, a reforma do governo golpista de Temer enfraqueceu os sindicatos na defesa de direitos e nas negociações coletivas. “A reforma dificultou o autofinanciamento dos sindicatos, estabelecendo a autorização expressa de contribuições firmadas em convenções coletivas e retirando das assembleias o fórum de decisão dos trabalhadores”, afirmou.

Sobre a contribuição sindical, por exemplo, o estatuto regulamenta a cobrança compulsória da contribuição, de modo a evitar o enfraquecimento dos sindicatos, mas também

permite que o empregador possa ir até a entidade representativa da sua categoria para solicitar o cancelamento da cobrança.

Para a presidenta da Comissão de Direito Sindical e Associativo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Denise de Oliveira, a contribuição deve ser compulsória, uma vez que o sindicato representa filiados e não filiados. Ela também afirmou que a atual reforma trabalhista, chamada de “modernização” pelo governo Temer, não representou avanços de fato. “Achei que modernização tinha mudado de significado.”

Diante daquela reforma, modernização passou a significar retrocesso, aviltamento”, declarou Denise. Já o estatuto, segundo ela, apresenta “lastro democrático”, porque vem sendo construído coletivamente, a partir das críticas e sugestões das entidades envolvidas na elaboração do documento.

Segundo a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, Paula Freitas, que participou da elaboração do Estatuto, a proposta busca resgatar o espírito da Constituição na regulação das relações de trabalho, e se baseia no fortalecimento da negociação coletiva, garantindo princípios democráticos e de autonomia no funcionamento dos sindicatos.

Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, a atual legislação trabalhista viola convenções internacionais, e o estatuto é capaz de trazer mais proteção ao trabalhador e equilíbrio nas relações de trabalho.

***Com informações Rede Brasil Atual**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF